

HUMANIDADES E A (DES)ORDEM LEGISLATIVA: ANÁLISE DO DISCURSO DO UTILITARISMO EM SUGESTÕES SOBRE CURSOS UNIVERSITÁRIOS

Éderson Luís Silveira (UFSC)

ediliteratus@gmail.com

Wellton da Silva de Fatima (UFF)

malcon.welton1@gmail.com

RESUMO

Este artigo se circunscreve ao aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso francesa, mais especificamente aquela filiada aos domínios inaugurados por Pêcheux (1969; 1975), na França, e desenvolvida por diversos pesquisadores também no Brasil. Objetivamos, desse modo, analisar como se apresenta discursivamente o debate sobre a proibição ou a continuidade dos cursos de Ciências Humanas em universidades públicas. Para tanto, recortamos enunciados de duas sugestões legislativas do site *e-cidadania*, instrumento oficial do *Senado Federal brasileiro*, para perceber como funcionam, em uma cadeia parafrástica, os sentidos sobre o público e o privado, sobre determinados cursos e, além disso, o imaginário que se constitui sobre/ a partir d/eles. O corpus, portanto, constitui-se de seqüências discursivas (COURTINE, 1981) sobre as quais incidimos nosso dispositivo de interpretação. Em busca disso, mobilizamos conceitos fundamentais da teoria à qual estamos filiados, tais como *efeito metafórico* e *contradição* (PÊCHEUX, 1969), além do conceito de *ideologia* reconsiderado do ponto de vista da linguagem (ORLANDI, 1999).

Palavras-chave:

Análise do Discurso. Ciências Humanas. ideologia.

1. Introdução

Existe, na Linguística, um movimento dinâmico que permite a presença de uma heterogeneidade abundante de agendas de pesquisa que projetam o campo de estudos da linguagem ao longo da história, produzindo conhecimentos, filiações e formas de objetificação daquilo que se detém analisar.

Este artigo se circunscreve ao aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa⁸⁶, mais especificamente, teorizamos a partir daquela inaugurada com os estudos de Pêcheux (1969) na França, e que se desdobrou e se desenvolveu, também no Brasil, com diversos autores

⁸⁶AD daqui em diante.

como Orlandi (1987), Indursky (1992), Zandwais (1993), Leandro Ferreira (1994), Gallo (1994), Mariani (1996), Grigoletto (2005), entre outros.

Tendo em vista o supracitado, elegemos como objeto de análise duas sequências discursivas recortadas do site e-cidadania, pelo qual o Senado Federal brasileiro disponibiliza ao público uma escuta sobre suas demandas. Trata-se de uma tentativa de aproximação com o público a partir das comissões internas de legislação participativa. Nas nossas sequências, porém, materializam-se sentidos sobre um domínio específico: a maneira como a ciência, e mais restritamente as ciências humanas, são significadas no trabalho incessante da ideologia e a partir de um imaginário específico constituído por meio de determinadas redes de memória sobre o que é fazer ciência e, mais do que isso, sobre o que é fazer ciência hoje.

Com o objetivo de analisar a (des)ordem legislativa que surge a partir de sugestões de internautas, semantizando o objeto que nos interessa – os sentidos sobre as humanidades enquanto ciência –, procedemos à seguinte divisão para este trabalho: além desta apresentação, explicitamos fundamentos do terreno teórico oriundos da Análise de Discurso; em seguida, tecemos algumas reflexões acerca do nosso objeto e das condições de produção pelas quais ele se nos apresenta; mais adiante, mobilizamos os conceitos teóricos e o dispositivo de análise por nós construído, com vistas à observação dos modos de significação das ciências nos sites de legislação participativa; finalmente fazemos, também, algumas breves considerações finais.

Passemos, portanto, a tratar um pouco de teoria.

2. A teoria que nos ancora

Todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras. (da perspectiva discursiva as palavras já são sempre discursos na sua relação com os sentidos). (ORLANDI, 2007, p. 15)

Na década de 1950 no Brasil havia uma inclinação preponderante ao sociologismo no âmbito dos estudos da linguagem. Por sociologismo, Orlandi (2014) entende um modo de pensar questões linguísticas que coloca o político e o social como exteriores à linguagem e não como

elementos constitutivos. Para a autora, é neste cenário que, ao não se considerar a contradição entre sociologismo e formalismo, mantém-se o simbólico fora do alcance do político. Pêcheux e Gadet (1977) inovam teoricamente neste sentido. Assim, o trabalho que considera a contradição do simbólico com o político produz uma des-subjetivação da teoria da linguagem e “[...] desloca a reflexão da linguagem de uma posição metafísica para uma posição materialista, que afirma a necessidade de considerar o que é propriamente linguístico” (ORLANDI, 2014, p. 25). Além disso, a inserção do sujeito, da história e da sociedade não os torna meros apêndices ou acessórios como vinha sendo feito pela Linguística ou pelas Ciências Sociais. Sob mesma égide, porém, noutra instância, podia-se notar a presença de um psicologismo, como bem pontua Orlandi:

Por outro lado, ainda como um efeito teórico-político complementar do sociologismo, na presença do formalismo, há um deslocamento para o psicologismo que aparece pela dominação cada vez maior da pragmática e do funcionalismo, como modo de não se tratar de um sujeito afetado pela ideologia e pelo inconsciente, nas práticas de linguagem. Ou seja, introduz-se o sujeito e o ‘contexto’ na reflexão, mas privilegia-se a comunicação e o aspecto cognitivo de um sujeito das intenções e que não é determinado pelas condições de produção nem interpelado pela ideologia. Nesses casos, a relação com o contexto, nós diríamos a relação com a exterioridade, não é constitutiva, mas apenas correlata (ORLANDI, 2014, p. 25-6)

Outrossim, pensar a AD, que se situa a partir da filiação teórica a Michel Pêcheux, por via de sua instauração na França da década de 1960 até os dias atuais requer que seja apresentada a partir de três áreas⁸⁷: a Linguística, tomando a língua a partir de sua própria ordem; a Teoria das Ideologias (materialismo histórico, ideologia), com as contribuições de Marx que considera que o sujeito faz história, mas esta não lhe é transparente⁸⁸ e também que a ideologia está relacionada ao imaginário que relaciona o sujeito a condições materiais de existência; sendo também uma teoria de natureza psicanalítica na qual da Psicanálise advém a noção de sujeito dividido, atravessado pelo inconsciente.

Desse modo, sob a perspectiva da AD a ideologia está presente no discurso refletindo-se na exterioridade sendo, portanto, constitutiva das práticas discursivas. Ela permite a identificação do sujeito com a formação

⁸⁷Orlandi (2014) menciona que não se trata de um entrelaçamento harmônico, pois são áreas com as quais a AD debate e se debate.

⁸⁸“Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011 [1951-52], p. 25).

discursiva, pois se trata do efeito da relação entre sujeito e linguagem através da qual o sujeito acredita ter domínio de seu discurso, também a ilusão de que o sentido seria completo e que a linguagem seria transparente e inequívoca. As formações ideológicas, neste âmbito, se relacionam a posições de classe em confronto entre si. Pêcheux (1988 [1975]) afirma que palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as utilizam, sendo os sentidos, portanto, determinados, também, em referência a formações ideológicas nas quais estas posições se inscrevem (LEANDRO FERREIRA, 2001).

As condições de produção, então, constituem, com a linguagem, o sentido do texto, fazem parte da exterioridade linguística e, segundo Orlandi (1999), podem subdividir-se em: condições de produção em sentido estrito (relacionadas a instâncias enunciativas) e em sentido amplo (em relação ao contexto sócio-histórico-ideológico). Desse modo, a memória discursiva vai então se situar no âmbito da atualização de dizeres “[...] como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 19). Neste âmbito, se articula a um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para acontecimentos presentes ou passados (MARIANI, 1996). Por isso, a noção de paráfrase se torna produtiva neste contexto, já que se trata de um

[p]rocesso de efeitos de sentido que se produz no interdiscurso, retorno ao já-dito na produção de um discurso que, pela legitimação desse dizer, possibilita sua previsibilidade e a manutenção no dizer de algo que é do espaço da memória (ver memória discursiva). A paráfrase é responsável pela produtividade da língua, pois, ao proferir um discurso, o sujeito recupera um dizer que já está estabelecido e o reformula, abrindo espaço para o novo. Essa tensão entre a retomada do mesmo e a possibilidade do diferente desfaz a associação entre paráfrase e polissemia⁸⁹ (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 19-20).

O sujeito então é pensado na relação com a linguagem e com a história e não o centro de toda a enunciação, pois, sob a perspectiva discursiva na qual nos situamos para o presente trabalho, a subjetividade se desloca do eu em um movimento teórico no qual o sujeito tem como principal

⁸⁹Em relação à polissemia esta está associada ao deslocamento, a rupturas e a multiplicidade de sentidos e resulta em “[...] movimentos que afetam o sujeito e os sentidos na sua relação com a história e a língua” (ORLANDI, 1999). Para Leandro Ferreira (2001, p. 20) “[...] são os processos polissêmicos que garantem que um mesmo objeto simbólico passe por diferentes processos de significação”.

característica a incompletude, pois não é fonte do sentido e está integrado ao funcionamento do discurso, constituído a partir da relação com o outro.

Em Pêcheux (1969) tem-se que

[...] o que dissemos antes nos faz preferir aqui o termo de discurso que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, mais geralmente, de um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B. (PÊCHEUX, 1969, p. 19)

Diante disso, Orlandi (2016, p. 95) afirma que em sua leitura e teorias tomou esta afirmação como uma definição e a desenvolveu “[...] levando em conta o que diz Pêcheux sobre os pontos A e B enquanto posições sujeito e não lugares empíricos”. No bojo de tais considerações, portanto, o sentido não existe por si mesmo, mas na relação com as condições de produção dos enunciados e muda a depender da formação ideológica de quem o (re)produz, no interior de determinações histórico-social-ideológicas de significação.

3. Reflexões acerca do objeto

Erwin Chargaff foi um bioquímico renomado que se dedicou ao estudo do DNA descobrindo as bases sob as quais se define o código genético por estabelecerem uma relação de complementaridade estéreo-química entre si. Faleceu em Nova York em 2002, aos 97 anos. Em sua biografia, intitulada *Le feu d’Héraclite*⁹⁰, ficou conhecido por expressar críticas ferrenhas aos modos de funcionamento da ciência. Numa das vezes em que foi entrevistado ele expressa um desejo de poesia, de mistério e de religiosidade que não poderiam ser supridos pelas ciências naturais citando inclusive que Newton, em horas de recesso, escrevia comentários sobre o profeta Daniel, o que caracterizaria um viés integral de busca por saberes diferentes, distinto da área científica de sua especialidade, característica que deixou de existir em cientistas posteriores. Na mesma entrevista, ele menciona:

Sabe, existem dois tipos de formações do pensamento. Uma é mecanicista, positivista, reducionista e expressa-se nas ciências naturais; a outra é o que chamaria de pensamento lírico e está morta desde que surgiu a primeira, tanto nos Estados Unidos quanto no resto do mundo. No século XVIII e até o século XIX, ela ainda existia na literatura alemã com Claudius, Höderlin e outros, e na literatura francesa, com Hugo, Baudelaire, Lautréamont e Rimbaud. Logo depois as ciências naturais interferiram,

90 Tradução livre: O fogo de Heráclito.

monopolizaram esta posição e, de certo modo, transformaram-na em uma religião dogmática na qual somos obrigados a crer.

Quando perguntamos individualmente aos cientistas “o que é a vida?” eles nos falam do que erige a vida e das reações ou fórmulas nas quais ela se reflete. Isto equivale mais ou menos a perguntar “o que é um livro?” e obter esta resposta: nós o decomparamos, analisamos o papel, observamos as letras, suas semelhanças com outros elementos e com que tinta foram impressas – mas ignoramos o que está realmente dentro do livro. Isso vale também para as ciências naturais. (CHARGAFF, 2010, p. 66)

O que o bioquímico em questão faz é assinalar a divisão frequente que parte de uma dicotomização entre o que é ciência e o que não é ciência. Trata-se de um corte epistemológico que se deu pelo modo como a ciência se desenvolveu no curso da história, momento mesmo em que essa divisão se naturalizou, aparecendo-nos, hoje mais do que nunca, como evidente. Mesmo se considerarmos que Chargaff parte de um campo que lhe é familiar, não considera múltiplas formas de fazer ciência. Ela está, inclusive associada a um tipo de agenda de pesquisa que formula resultados quantificáveis. Como a ciência se rende ao utilitarismo a ontologia do saber científico passa a considerar algumas áreas em detrimento de outras. Isso ocorre, para Ordine (2016), porque os saberes que não trazem lucro são considerados historicamente inúteis.

No universo do utilitarismo, um martelo vale mais que uma sinfonia, uma faca mais que um poema, uma chave de fenda mais que um quadro: porque é fácil compreender a eficácia de um utensílio, enquanto é sempre mais difícil compreender para que podem servir a literatura, a música e a arte. (ORDINE, 2016, p. 12)

Sob este escopo de considerações, propor pesquisas que não objetivem lucros imediatos se articula a uma possibilidade de propor investigações livres de vínculos utilitaristas⁹¹. Porém, envoltos em uma lógica neoliberal, isso não ocorre sem consequências. E é aí que podem ser situadas as Ciências Humanas. Mas a lógica do lucro no campo da educação, da pesquisa e das atividades culturais em geral pode ser desastrosa inclusive se cientistas não assumirem um lugar de defesa da gratuidade do conhecimento e de investigações de qualidade em todos os âmbitos. Não se

91 Ordine (2016) se inspira numa citação de Pierre Hadot para quem a tarefa da filosofia “é mesmo a de revelar aos homens a utilidade do inútil ou, em outras palavras, ensiná-los a distinguir entre os dois sentidos da palavra ‘útil’”. Então, Ordine vai dedicar-se ao tema da útil inutilidade, aos efeitos desastrosos da lógica do lucro na educação, na pesquisa e nas atividades culturais para então chegar a reflexões acerca das ilusões do utilitarismo e seus efeitos na formação humana.

reivindica o caráter fundamental que investimentos que não trazem retorno financeiro ou imediato podem proporcionar aos seres humanos.

No mundo em que vivemos, dominado pelo *homo aeconomicus*, certamente não é fácil compreender a utilidade do inútil e a inutilidade do útil (quantas mercadorias desnecessárias são consideradas úteis e indispensáveis?). (ORDINE, 2016, p. 17)

O que rege cada vez mais a economia e se estende para o âmbito da universidade é o argumento da inutilidade dos saberes que não trazem lucros imediatos ou “vantagens” rápidas e tangíveis em curto prazo, cada vez menor, asfixiantemente reduzido. Pesa-se e mede-se, assim, com base em critérios que privilegiam a *quantitas*.

A contradição estruturante do discurso da cientificidade baseada no lucro é que existe Um e a diferença, o que reflete nos modos de perceber o imaginário de uma forma de considerar a Ciência (ontologicamente) e os diversos modos através dos quais ela pode se manifestar no universo das práticas. Infelizmente, o reconhecimento de formas de saberes e práticas acadêmicas distintas se dão através de deslegitimações e hierarquizações. Assim, a formação discursiva da cientificidade reflete uma formação ideológica que produz a redução das ciências em geral à lógica do lucro e do retorno financeiro cada vez mais rápido museificando relações com as Ciências Humanas cuja lógica ruma outra direção por causa da própria constituição epistemológica do campo mencionado. Desse modo, a diferença é silenciada e se impõe um trajeto uniforme motriz para que seja conferido às disciplinas acadêmicas o caráter de “cientificidade legítima”. Desse modo, para pensar a história, a sociedade e os sujeitos, a perspectiva discursiva pode ser uma saída. Isso porque ao perceber os acontecimentos sob um viés linguístico-discursivo a denominação de um acontecimento tende a prefigurar-lo discursivamente “[...] a dar-lhe forma e figura [...]”. Mas esse movimento não tira a opacidade do acontecimento, inscrito no jogo oblíquo de suas denominações” (PÊCHEUX, 1990, p. 20).

É preciso então considerar o neoliberalismo⁹² a partir de uma de suas facetas, a concorrencial, na qual o neoliberalismo de mercado se faz

⁹²Trata-se da escola de pensamento econômico surgida desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que se converteria na mais poderosa reação teórica e política contra o Estado de Bem-Estar Social, surgida inicialmente na Europa Ocidental e, posteriormente, em solo norte-americano. O livro *O Caminho da Servidão* (2010 [1944]) é o texto fundador do neoliberalismo, cujo autor foi vencedor do Nobel de Economia em 1974 e é uma das principais referências teóricas na defesa do liberalismo econômico. Nele, Friedrich von Hayek defende que todo e qualquer tipo de intervenção econômica do Estado conduziria, fatalmente, ao totalitarismo. Para Brandão (2013) trata-se, por parte de Hayek, de um “ataque

proeminente. Neste contexto, tanto escola quanto universidade passam a se sujeitar às leis do mercado. Há uma perniciosidade maior: ao invés de fornecer educação pública e gratuita, a ênfase recai sobre o ensino privado direcionado aos menos favorecidos, pois “[a]o Estado caberia apenas subsidiar a educação dos mais pobres, por meio de bolsas em escolas particulares, ou fazendo empréstimos aos estudantes para que eles paguem os seus estudos...” (MEKSENAS, 2003, p. 126). Por isso, escola e universidade se aproximam cada vez mais de serem empresas, que formam empreendedores e consumidores, onde a competitividade é estimulada sem respaldos. Sob esta lógica, as Ciências Humanas, portanto, não se encaixam, pois não vivem lucro imediato. Escola e universidade passam, então a ser organizadas de acordo com os interesses das classes dominantes o que produz exclusões, segregações e divisões sociais oriundas do meio social caracterizado pela desigualdade.

A universidade pode ser inclusiva ao invés de excludente justamente quando não subjaz à premissa de somente preparar para o mercado do trabalho. Isso ocorre quando ela forma para a reivindicação de práticas igualitárias e tem por consequência a formação de cidadãos de direito e não apenas peças de engrenagens. O debate sobre estas questões não se rende a argumentos utilitaristas ou que visem lucros financeiros imediatos e é justamente este tipo de reflexão possibilitada pelas Ciências Humanas, que se voltam para observações acerca das formas pelas quais podem se manifestar os comportamentos dos seres humanos em sociedade.

Não se pode deixar de mencionar que a economia financeira entra com frequência em crise, o que é apresentado como útil nem sempre o é e, devido ao fato de que as formas de olhar para os seres humanos como objeto do conhecimento são múltiplas, isso nos leva a caminhos que transcendem a objetificação das ciências naturais, o que não ocorre sem consequências (embora os “louros” do neoliberalismo apontem frequentemente na direção oposta):

Especialmente nos momentos de crise econômica, quando as tentações do utilitarismo e do egoísmo mais sinistro parecem ser a única estrela e a única tábua de salvação, é preciso compreender que exatamente aquelas atividades que não servem para nada podem nos ajudar a escapar da prisão, a salvar-nos da asfixia, a transformar uma vida superficial, uma não vida,

apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (BRANDÃO, 2013, p. 36). Na prática, para Rodrigues e Mendes (2013, p. 9) o que o neoliberalismo faz é privilegiar “os interesses das classes dominantes, reduzindo a participação do Estado e favorecendo grupos privados em educação”.

numa vida fluida e dinâmica, numa vida orientada pela *curiositas* em relação ao espírito e às *coisas humanas* (ORDINE, 2016, p. 19, grifos do autor)

Não é de hoje que o campo das Ciências Humanas vem sendo deslegitimado historicamente e vem tendo seus sentidos esvaziados. Pensar a partir de uma perspectiva discursiva permite-nos mostrar o que está posto, o que se naturalizou, que silenciamentos e (des)legitimações aí vigoram no campo de formulação, (re)produção e circulação de enunciados no meio social. A pergunta que este trabalho objetiva responder é: de que forma se pode contribuir, enquanto linguistas, para a compreensão desse imaginário, cujas condições de produção podem ser analisadas e explicitadas? A partir de tal questionamento, assinalamos que modos de conhecer se relacionam a uma exterioridade, ao social, à historicidade e pode permitir reflexões produtivas para exprimir reflexões que auxiliem a desnaturalizar conceitos, discursos e formas de olhar o mundo que nos cerca.

4. *Nossas análises*

Sejam, então, as nossas sequências discursivas (doravante SD):

SD1 – *são cursos baratos que facilmente poderão ser realizados em universidades privadas, a medida consiste em focar em cursos de linha (medicina, engenharia, direito e outros). Os cursos de humanas poderão ser realizados presencialmente e à distância em qualquer outra instituição paga*⁹³.

SD2 – *Assegura que cursos de Humanas poderão ser realizados presencialmente em universidades públicas, bem como cursos de linha (Medicina, Engenharia, Direito e outros). Optar por estudar em universidades públicas ou privadas deve ser uma escolha do cidadão*⁹⁴.

As SD acima transcritas são, portanto, de duas sugestões legislativas diferentes: a primeira se refere à sugestão de uma posição-sujeito identificada à ideia de que os cursos de Ciências Humanas não devem ser oferecidos em universidades públicas; e a segunda se refere à sugestão de uma

93Disponível em <<<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=100201>>>
Acesso em 12/06/2018 às 20:40h

94Disponível em <<<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=101909>>>
Acesso em 12/06/2018 às 21:13h

posição-sujeito identificada à ideia de que os cursos de Ciências Humanas podem ser oferecidos em universidades públicas ou privadas.

A contraposição que se estabelece está dada não somente pela forma como, no corpo social, se contrapõem Ciências Humanas e Ciências Exatas – o que remonta a uma memória sobre o que é ou não é ciência, herança de um modo positivista de produção de conhecimento –, mas também pelas condições de produção no seu sentido *lato*. A SD2, recortada da sugestão legislativa mais aparentemente alinhada aos interesses das Ciências Humanas, doravante CH, surge cronologicamente depois e em resposta à sugestão da qual recortamos a SD1, estando, desse modo, uma em relação a outra – e não enunciadas independentemente.

Tendo em vista o funcionamento da ideologia, reconsiderada do ponto de vista da linguagem, tal como propõe Orlandi (1999), é possível perceber, pela formulação dos enunciados, a remissão dos efeitos de sentidos possíveis a partir das SD a duas formações ideológicas distintas. Buscando não um fechamento de tais formações ideológicas e sim um campo mais ou menos estável de circulação de sentidos aos quais possamos identificar as diferentes posições-sujeito que em nosso corpus comparecem, podemos dizer que há: 1 aquela formação ideológica posicionada contra as CH, cujas ideias parecem se delinear a partir de uma concepção neopositivista do que seja a ciência; e 2 aquela formação ideológica, doravante FI, posicionada a favor das CH, cujas ideias se mostram indiferentes à crítica que pesa sobre o fazer científico em humanidades.

No bojo da contraposição entre essas duas SD e, mais do que isso, do funcionamento ideológico que ali se inscreve, compreendemos que há uma disputa pela definição do que seja ciência e, em consequência disso, do que seja seu objeto. Em ambas as SD, citam-se três cursos: Medicina, enquanto ciência responsável pela saúde e questões inerentes a ela; Engenharia, enquanto ciência das engenhosidades, da transformação das coisas da natureza em coisa “útil”; e o Direito, como ciência daquilo que regula a sociedade atual – a lei.

Em SD1, o conhecimento em humanidades comparece como um saber cujo acesso – pelo menos o acesso à formação – deve ser pago. Para além do acesso a este conhecimento, e considerando-se a dimensão de produção e difusão do saber assumido pelas universidades brasileiras, compreendemos que também o acesso à própria produção desse conhecimento está em jogo. Dito de outro modo, se se quer estudar ou pesquisar nos

domínios das CH, deve-se pagar por isso. Dessa forma, condiciona-se o acesso e a produção do saber em CH às leis do mercado.

Em SD2, no entanto, o enunciado em questão põe em circulação sentidos sobre a garantia dos cursos em CH na universidade pública. Nessa mesma SD, evocando a noção de cidadania, diz-se sobre a possibilidade de escolha, isto é, defende-se a ideia de que o cidadão deve escolher onde fazer o curso em CH, caso queira cursá-lo.

No cenário brasileiro, a ciência é desenvolvida quase exclusivamente pelas universidades públicas⁹⁵. A profissão de cientista sequer é reconhecida formalmente, resumindo o fazer científico aos professores universitários e programas de pós-graduação. Por efeito metafórico (PÊCHEUX, 1969), os dizeres enunciados em SD1 e SD2 tomam a universidade pública pela própria ciência. Isto é, ao dizer o que deve abarcar a universidade pública, delimita-se não somente seu escopo de atuação, mas sub-repticiamente significa-se aquilo que é ciência.

O que está em questão, no entanto, é a definição da ciência – e de seu objeto – não pela designação direta, mas por aquilo que ela não é.

Apesar de notarmos que a definição da ciência se constrói no discurso sobre as humanidades que comparece em nosso material de análise, notamos, também, que tal definição se dá no funcionamento de um processo discursivo mais complexo. Para perceber tal funcionamento, observemos a seguinte cadeia parafrástica que se desdobra, pela definição que se dá aos cursos em CH, na SD1:

1. Os cursos em CH são baratos;
2. Os cursos em CH podem ser realizados em universidades privadas;
3. Os cursos em CH podem ser realizados indiferentemente presencialmente ou à distância;
4. Os cursos em CH podem ser realizados em qualquer outra instituição paga.

Constrói-se, desse modo, e pela materialidade linguística que comparece no enunciado, a ideia de que os cursos em CH são baratos e por isso podem ser mais facilmente implementados por uma instituição privada.

95 Vale a pena citar algumas exceções como os diversos Programas de Pós-graduação das PUC, pelo Brasil, e algumas instituições filiadas ao INPI (Instituições de Pesquisa Não Acadêmicas Brasileiras)

Além disso, os cursos em CH podem ser oferecidos em quaisquer modalidades – presencial, mas também à distância.

Ainda pela ordem da língua pela qual se constitui a SD1, os cursos em CH se contrapõem aos chamados cursos de linha. Pela contraposição que se estabelece, é possível chegar à afirmação de que, para SD1, os cursos em CH não são cursos de linha.

Em busca de perceber a construção desse referente discursivo – curso de linha – recorremos ao procedimento de uma cadeia de polissemia construída a partir da cadeia parafrástica pela qual se determina o referente “cursos em CH”. Observemos:

1. Os cursos de linha são caros;
2. Os cursos de linha devem ser realizados em universidades públicas;
3. Os cursos de linha devem ser exclusivamente realizados presencialmente;
4. Os cursos de linha devem ser realizados nas instituições não pagas.

É importante perceber que embora não esteja dito, nas SD analisadas, o que sejam, de fato, os tais cursos em CH, o mesmo não ocorre com os cursos de linha. Eles estão denominados: Medicina, Engenharia e Direito.

É desse modo, que podemos retomar algumas condições de produção para fazer trabalhar as determinações que, pela cadeia acima exposta – intrinsecamente ligada a noção de não-dito (ORLANDI, 1999) – insurgem sobre os cursos de linha. Cursos como a Medicina, a Engenharia e o Direito surgem, portanto, como caros, como aqueles que devem ser realizados exclusivamente de maneira presencial e em universidade pública e não em universidade privada.

Mas o que a contraposição desses elementos diz sobre o modo de significar a ciência? Quais os sentidos possíveis para caro e barato? Ao necessitar comprar algo novo, qualquer cidadão comum procurará o preço mais barato e não o mais caro. Nesse caso, o barato surge como vantagem e o caro como desvantagem. Mas não são esses os sentidos para caro e barato que ali se colocam.

O sentido de barato que funciona em relação aos cursos em CH presentifica a ideia de algo desvalorizado – ou mesmo sem valor. De outro

modo, o sentido de caro, atribuído aos cursos de linha, presentifica a ideia de algo a ser (mais) valorizado, patente de investimento.

Isso se dá, pois a contraposição entre CH e cursos de linha, sobretudo especificando quais sejam os cursos de linha, faz trabalhar uma memória sobre a própria constituição desses cursos “de linha” na sociedade brasileira. Há aí um embate de classe que sub-repticiamente se inscreve pela ordem da língua, produzindo efeitos de onde (talvez) não se espera: em sugestões legislativas sobre cursos em universidades.

Poderíamos, nesse sentido, indagar ao nosso corpus o que seriam, então, as Ciências Humanas. Isso porque os cursos de linha são denominados, especificados, mas as CH estão inscritas nas SD em um efeito de evidência. Trata-se de uma ilusão de que todo mundo sabe o que seja o fazer científico em humanidades.

Esse efeito de evidência pelo qual as CH são tomadas produzem um apagamento da pluralidade de fazeres científicos dentro deste campo. São produções que vão desde a História, perpassando a Filosofia e a Sociologia, até áreas como a Psicologia e a Linguística. Esse apagamento é função ideológica da FI na qual o enunciador de SD1 está inscrito, produzindo também efeitos sobre o enunciador de SD2.

O funcionamento ideológico que está aí patente, é desdobramento das ilusões constitutivas do sujeito que, a partir de suas posições, precisam esquecer, por exemplo, que a mesmo as CH – e seus objetos – podem ser tomados pela agenda utilitarista neoliberal produzindo, desse modo, não coisas a saber sobre algo, mas coisas úteis.

É aí que podemos apontar que o utilitarismo não é, como pudera pensar uma análise baseada simplesmente no conteúdo de um texto, simplesmente dada a partir da utilidade que algo possa ter no dia a dia⁹⁶. Ele está, de outro modo, inscrito a partir de um processo contraditório que presume não somente que algo possa ser útil de algum modo, mas que essa utilidade esteja a serviço do lucro.

Ao defender a ideia de que funciona a contradição nesse processo discursivo que aqui expomos, estamos atentos ao funcionamento das formações discursivas em sua porosidade. A função ideológica pela qual se

96A lista de elementos úteis produzidas pelo saber aplicado em CH é incontável: mapas, roteiros, manuais de língua, dicionários, etc.

inscreve em SD1 também produz ressonância no modo de enunciar em SD2.

Isso se marca na ordem da língua quando, mesmo aparentando estar o enunciador de SD2 alinhado aos interesses da produção do saber em CH, a SD faz trabalhar uma diferença entre CH e cursos de linha a partir da expressão “bem como”. Tal expressão, no modo como se circunscreve ao processo discursivo ali em curso, faz com que o enunciador de SD2, ao ter que se submeter à ordem da língua para tomar a palavra e “defender” seu ponto de vista, “assuma” que as CH não são cursos de linha, aderindo à função ideológica que predomina a partir da FI à qual está identificado o enunciador de SD1.

Tal fato possibilita demonstrarmos, como defender AD, que o sujeito não tem controle sobre aquilo que diz. Isso porque para dizer, o sujeito deve se submeter à língua – sujeito, portanto – e à maneira como as condições de produção determinarão, pela ideologia, aquilo que é dito.

A determinação do que é ciência por aquilo que ela não é, produz-se, nesse contexto, pela disjunção lógica que se determina em algum momento da história de nossa formação social, naturalizando a diferença entre CH e, por exemplo, as Ciências Exatas, situando-as em lugares diferentes.

Esses lugares são constituídos, como temos demonstrado até aqui, no trabalho incessante da ideologia. Esta, por sua vez, ao funcionar regionalmente, permitindo tomadas de palavras a partir de posições-distintas, ganha espessura no contato entre formações discursivas – tal como se dá no site de sugestões legislativas – e são constituídas, também, por formações imaginárias.

É sobre o imaginário que constitui esses lugares e as memórias que retornam sobre o processo de significação deles que trataremos a seguir.

Retomando a cadeia parafrástica e a cadeia polissêmica de sentidos por nós organizada a partir das formulações de SD1 e SD2 tensionadas aos não-ditos que as constituem, duas disjunções, que funcionam diferentemente, nos chamam atenção: 1. o modo como se contrapõe o ensino presencial e o ensino à distância; e 2. o modo como intervém discursivamente a histórica contraposição entre o público e o privado.

Tensionadas as SD, o que se tem é o retorno de uma imagem de uma certa história recente do modo como se organiza a educação brasileira, incidindo diferentemente sobre esses dois enunciados. Com o advento da internet e da informatização, a educação à distância tem se

mostrado uma alternativa cada vez mais sólida em relação à educação em presença física. Insiste, no entanto, sobre a educação à distância, a ideia de que ela seria mais fraca, menos rigorosa e, com isso, formaria pessoas menos capazes para atuar em seus campos.

Ocorre que se olharmos para o modo como a educação à distância se introduziu e se apresenta nessas suas primeiras décadas de funcionamento na educação brasileira, perceberemos que a grande maioria dos cursos disponíveis são cursos em CH. Um dos motivos, é o fato de que tais cursos, por terem em sua grade grande maioria de disciplinas teóricas – e não práticas –, são possíveis no ambiente quase exclusivamente virtual.

Cientes da possibilidade de que a imagem que retorna sobre SD1 para fazer trabalhar os sentidos que são atribuídos à educação à distância, é uma imagem que desconsidera essas questões, apegando-se à ideia de que tal modalidade não produz bons profissionais, recai, novamente, sobre os cursos em CH, um sentido de desvalorização. Vale ressaltar que a questão do valor se constitui como um ponto importante no processo discursivo que se dá em SD1. Tal importância se coloca, na ordem da língua, pela necessidade de se marcar os cursos em CH como baratos, denotando que a preocupação com valores, gastos, etc. estão presentes. O que se pode compreender disso, é que, para a FI pela qual se identifica o enunciador dessa SD, a questão do valor é um determinante ao se tratar de ciência.

A segunda tensão por nós percebida – e que funciona discursivamente inscrevendo sentidos para as CH pela ordem da diferença em relação a outras ciências – é o modo como se coloca a questão do público e do privado.

Em SD1, como temos visto, aparentemente há uma posição-sujeito mais alinhada ao modelo neoliberal. Ao passo que em SD2, o que se marca, é a voz de uma posição-sujeito indiferente à crítica utilitarista que pesa sobre a produção científica em CH. A contradição que aí funciona, se dá de maneira muito particular na ordem da língua, demonstrando que a tomada da palavra, que requer uma submissão ao jogo da língua, demanda um sujeito à mercê das tensões pelas quais a história se constitui em seus atravessamentos.

Apesar de estar aparentemente alinhado às ideias neoliberais, o sujeito que diz em SD1 reclama a universidade pública na tentativa de restringir seu escopo de atuação. Coexistem aí as ideias da coisa pública,

funcionando de maneira restrita⁹⁷. De modo quase inverso, o sujeito que diz em SD2, apesar de alinhado ao antiutilitarismo na ciência, considerada a indistinção entre público e privado no que se refere à produção científica. Público e privado, desse modo, se inscrevem contraditoriamente no processo discursivo pelo qual se apresenta a ordem legislativa brasileira.

Há no funcionamento das sugestões legislativas apresentadas à comissão de legislação participativa e circuladas pelo grande público no ambiente virtual, uma tendência ao sentido hegemônico – aquele do qual deriva a visão utilitarista sobre a ciência.

Tal percepção fica ainda mais latente ao retornarmos à SD2, para perceber que a formulação do item lexical “poderão”, em um enunciado alinhado aos interesses das CH, produz efeitos que talvez se quisesse evitar. Ao apelar para que se “assegure que cursos em Humanas poderão ser realizados”, reconhece-se – sem querer – que há uma subsunção das Humanidades à palavra de um outro – esse outro da ciência. É como se fosse necessário às CH, buscar o consentimento para que se “possa” existir presencialmente, à distância, na universidade pública ou em instituição privada.

5. *Considerações finais*

A naturalização de que as Humanidades não seriam consideradas ciência sob um viés utilitarista remete a uma perspectiva que atrela ciência a possibilidades de lucro financeiro. Tal efeito de evidência pelo qual as Ciências Humanas são tomadas produz um apagamento de pluralidade de fazeres científicos, o que resulta em um apagamento atrelado a uma função ideológica, na qual enunciadorese inscrevem produzindo também efeitos sobre outros enunciadorese. É o caso das SD analisadas no presente trabalho.

Ao presentificar na análise o funcionamento ideológico ali patente é preciso que haja um esquecimento que se articule a ilusões constitutivas do sujeito relacionadas ao fato de que até mesmo as Humanidades, em certa medida, podem ser objeto de uso “úteis” e servir aos pressupostos da agenda neoliberal. Isso porque o utilitarismo não está então relacionado ao

97Um antagonismo muito comum nos processos contraditórios da história brasileira.

conteúdo de determinadas pesquisas, mas ao retorno financeiro imediato ou futuro que possam suscitar.

Dessa forma, a deslegitimação das Humanidades que permite a elaboração de uma sugestão legislativa que proponha que tais cursos existam no formato pago pressupõe que devam ser valorizados apenas os cursos cuja utilidade esteja a serviço do lucro e ao retorno financeiro, direta ou indiretamente. Então, mais do que desnaturalizar evidências historicamente (re) produzidas, é objetivo do presente texto apresentar de que forma funcionam, parafrásticamente, os sentidos sobre o público e o privado, sobre a utilidade do que é considerado inútil, incidindo principalmente na construção de imaginários acerca de cursos acadêmicos. Assim, a partir do recorte de enunciados de duas sugestões legislativas buscou-se mostrar como se apresenta discursivamente o debate sobre a proibição ou a continuidade dos cursos de Ciências Humanas em universidades públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)*. 2013. Tese de Doutorado em História (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense). Niterói: UFF, 2013.

CHARGAFF, Erwin. Nenhum cientista sabe o que é vida. In: BARLOEVEN, Constantin Von (Org.). *Livro dos Saberes: diálogos com os grandes intelectuais de nosso tempo*. Trad. de Will Moritz. Osasco: Novo Século, 2010, p. 65-75

COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques em Analyse du discours: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In: *Langages*, Paris, v. 62, p. 9-127, jun. 1981.

GALLO, Solange Maria Leda. *Como apre(ender essa matéria?)*. Tese de Doutorado em Linguística (Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas). Campinas: Unicamp, 1994.

GRIGOLETTO, Evandra. O Discurso de Divulgação Científica: um espaço discursivo intervalar. Tese de Doutorado em Letras (Instituto de

Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: UFRGS, 2005.

HAYEK, Friedrich. *O caminho para a servidão*. 6. ed. Trad. de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes: análise do discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1985)*. Tese de Doutorado em Linguística (Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas). Campinas: Unicamp, 1992.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambiguidade ao equívoco*. Tese de Doutorado em Linguística (Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas). Campinas: Unicamp, 1994.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras da URGs, 2001.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. *O comunismo imaginário, práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de Doutorado em Linguística (Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas). Campinas: Unicamp, 1996.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. e notas de Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011 [1951-52].

RODRIGUES, Daniel Santini; MENDES, Jackeline Rodrigues. O Ensino de Filosofia e a Cidadania: uma análise a partir da LDB 9.394/96. In: *Revista Impulso*, Piracicaba, v. 23, n. 56, p. 7-19, jan./abr. 2013.

MEKSENAS, Paulo. *Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

ORDINE, Nuccio. *A utilidade do inútil: um manifesto*. Tradução Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *As formas do silêncio*. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

_____. Apontamentos sobre o discurso, imaginário social e conhecimento. In: FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). *Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso*. Campinas: Pontes, 2016. p. 95-114

_____. *Ciência da Linguagem e Política: anotações ao pé das Letras*. Campinas: Pontes, 2014.

PÊCHEUX, Michel. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

_____; GADET, F. Y-a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme? *Équivalences*, Bruxelles, n. 2-3, 1977. [Tradução brasileira de Eni P. Orlandi. Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? *Escritos* (3). Campinas: Labeurb; Nudetri, 1998. p. 5-16]

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

ZANDWAIS, Ana. *Formações discursivas da classe operária brasileira na primeira república*. Tese de Doutorado em Letras (Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: PUC-RS, 1993.